

DA CIDADE COMO OBRA E ESPAÇO DE LUTAS

FROM THE CITY AS A WORK AND SPACE OF STRUGGLES

DESDE LA CIUDAD COMO OBRA Y ESPACIO DE LUCHAS

André Luiz Neves Jacintho¹
Letícia Queiroz de Carvalho²

RESUMO: O artigo em tela pretende discutir questões acerca do direito à cidade e as suas produções, por meio de uma pesquisa bibliográfica com viés qualitativo, sob a ótica dialógica do discurso. Para tanto, traça um breve perfil do quadro de modernização das cidades brasileiras no séc. XX, apontando alguns problemas causados por esse processo. Destaca ainda o caráter alienante do processo de modernização e, por fim, discute a tomada de consciência através das produções artísticas da cidade, principalmente a literatura.

Palavras-chave: Cidade. Direito à Cidade. Modernização. Literatura.

ABSTRACT: The on-screen article aims to discuss questions about the right to the city and its productions, through a bibliographic research with qualitative bias, from the dialogical perspective of discourse. To this end, it outlines a brief profile of the modernization of Brazilian cities in the 19th century. xx, pointing out some problems caused by this process. It also highlights the alienating character of the modernization process and, finally, discusses awareness through the artistic productions of the city, especially literature.

Keywords: City. Right to the city. Modernization. Literature.

1 Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória. Docente efetivo da rede estadual de ensino do ES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6020-7634>. E-mail: andretcho@gmail.com

2 Pós-Doutora em Educação, Instituto Federal do Espírito Santo; Coordenadoria do Mestrado Profissional em Letras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0519-6746>. E-mail: leticia.carvalho@ifes.edu.br

Artigo recebido em agosto de 2022 e aceito para publicação em outubro de 2022.

RESUMEN: El artículo en pantalla tiene como objetivo discutir cuestiones sobre el derecho a la ciudad y sus producciones, a través de una investigación bibliográfica con sesgo cualitativo, desde la perspectiva dialógica del discurso. Con este fin, esboza un breve perfil de la modernización de las ciudades brasileñas en el siglo 19. xx, señalando algunos problemas causados por este proceso. También destaca el carácter alienante del proceso de modernización y, finalmente, discute la conciencia a través de las producciones artísticas de la ciudad, especialmente la literatura. literatura.

Palabras clave: Ciudad. Derecho a la ciudad. Modernización. Literatura.

INTRODUÇÃO

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

(Bertold Brecht)

A Cidade foi tomada pelo capital. Os espaços urbanos foram sitiados pelos seus “proprietários”. A rua pertence aos carros. Os prédios, às corporações nacionais e internacionais. O espaço urbano foi *fetichizado*, isto é, foi transformado em mercadoria e comercializado, mas seu valor é muito superior ao valor real empregado em sua composição, fazendo com que aqueles que empregaram seu trabalho nele, não possam desfrutá-lo.

A nós, sobraram apenas os espaços periféricos e os resquícios da urbanização. Somos empurrados para cada vez mais longe dos centros e nos apropriamos apenas dos “restos” desse processo. Segundo o geógrafo Leonardo Delfim Gobbi³ (2016), até 1950 o Brasil era um país predominantemente rural. Mais de 60% da população vivia no campo e trabalhava na agricultura. Figurava entre os principais produtos brasileiros o café.

A partir de 1930, com a concentração fundiária e a mecanização do campo, os trabalhadores agrícolas veem-se obrigados a deixar o campo e a buscar novas oportunidades de emprego nas Cidades, que passaram a recebê-los e a acomodá-los nas periferias urbanas.

A partir de 1950, nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que promoveram a industrialização do país, intensifica-se o processo de urbanização. O crescimento das Cidades, principalmente no Sudeste, torna-se assombroso. Se em 1940, apenas 31% da população vivia nas Cidades, essa proporção praticamente se inverte em 1980, quando apenas 34% da população permanecem no campo. Em 2010 esse número se reduz a impressionantes 16%.

Apesar de rápido, o processo de urbanização brasileiro é desigual. Embora o país tenha se tornado predominantemente urbano, as regiões se desenvolveram de maneira irregular, o que causou uma enorme diferença de concentração de renda. O Quadro 1 a seguir mostra as taxas de urbanização brasileiras.

Quadro 1. Taxa de Urbanização das Regiões Brasileiras (IBGE).

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,8

Fonte: IBGE. Séries históricas e estatísticas (2007).

Como se pode notar pelo quadro, a região Sudeste é aquela que mais se urbanizou desde o início do processo, acompanhada pelo Centro-Oeste e pelo Sul. Isso se deu, pois no Sudeste instalaram-se a maior parte das indústrias do país. Recebendo grandes fluxos migratórios, principalmente do Nordeste. Desde a década de 1960, a região acomoda mais habitantes nos meios urbanos que nos rurais. A região Centro-Oeste passou a receber mais habitantes a partir da construção da Cidade de Brasília. Isso atraiu muitos trabalhadores, principalmente do Norte e Nordeste brasileiro.

A região Sul, por sua tradição familiar agroindustrial, manteve uma taxa de urbanização lenta até a década de 1970. Pois poucos eram os trabalhadores que deixavam o campo para as áreas urbanas.

As regiões Norte e Nordeste possuem as menores taxas de urbanização brasileiras. Isso se dá, pois o Nordeste foi afetado por várias correntes migratórias para as demais regiões e o pequeno desenvolvimento econômico das Cidades nordestinas. Já a região Norte, que na década de 1960 era a segunda mais urbanizada, perdeu muitos trabalhadores para a região Sudeste durante o processo de industrialização desta.

Os processos de urbanização acarretam consequências às regiões afetadas. Em sua maioria, os governos não estão preparados para lidar com as questões que envolvem a população dos grandes centros. Entre os problemas causados pelo rápido crescimento da população urbana estão a favelização, a violência e a poluição.

Na maioria das grandes Cidades brasileiras há ocupações de áreas irregulares. Essas ocupações foram causadas pela migração de grandes contingentes em busca de trabalho e a falta de políticas habitacionais, que até hoje são escassas no Brasil.

Apartir dessas considerações iniciais, pretendemos no artigo em tela discutir questões acerca do direito à cidade e suas produções, por meio de uma pesquisa bibliográfica com viés qualitativo, sob a ótica dialógica do discurso. Destacaremos, nesse diálogo, o caráter alienante do processo de modernização e, por fim, discutiremos a tomada de consciência através das produções artísticas da cidade, principalmente a literatura em suas potencialidades para uma leitura crítica do espaço urbano.

A ALIENAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para Henri Lefebvre (2001) o motor da urbanização é a industrialização. Urbanização que não se encerra na questão da indústria, já que a Cidade preexiste antes da indústria, mas que em grande parte advém dela. Não à toa, as maiores Cidades brasileiras são as mais industrializadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília – esta não figura entre as mais industrializadas hoje, mas explica-se pelo grande fluxo de pessoas que recebeu durante sua construção, em 1950.

Essa industrialização da Cidade acabou por transformá-la também em produto. Um produto social, sem dúvida, trabalho materializado, mas ao mesmo tempo alienado. Alienado, pois, mesmo que produzida pelo trabalhador, não lhe pertence. Zé Geraldo, em 1979, gravou uma canção que se tornou um de seus clássicos: Cidadão. Reproduzo a primeira estrofe da música que ilustra bem a nossa discussão:

Tá vendo aquele edifício moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me chega um cidadão
E me diz desconfiado, tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?
Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer
(GERALDO, 1979)

Esse trecho nos parece emblemático, pois nos dá a dimensão da capacidade de exclusão que a Cidade pode causar às pessoas. Apesar do trabalho realizado, o cidadão não tem acesso àquilo que construiu. Essa imagem é ainda pior quando nos deparamos com a realidade concreta brasileira. Embora nos sejam cobrados impostos, não usufruímos de saúde, segurança, educação, transporte de qualidade. Ficamos a observar aquilo que construímos, ou pelo menos pagamos para ser construído, e repetimos: “eu nem posso olhar pro prédio/ que eu ajudei a fazer”(GERALDO, 1979).

Por concentrar em si grande parte das necessidades humanas da vida moderna – escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e

lazer -, o solo urbano é disputado e torna-se mercadoria, pois pertence ao capital privado e quem quiser usufruir dele tem de pagar. Seu valor varia entre o valor de uso, que está relacionado àquilo que a Cidade pode oferecer, e seu valor de troca, que variará de acordo com o tempo e o espaço. A valorização dos espaços se dá através das condições que a localização oferece aos seus moradores. Quando mais vantagens, mais valorizados. A questão do tempo relaciona-se com os usos e costumes de cada sociedade. Por exemplo, a valorização da moradia perto da praia, hoje é um desejo caro e poucos terão condições de realizar, mas outrora, quem morava próximo ao mar eram as pessoas que sobreviviam dele.

Carlos (2008), uma geógrafa brasileira que estuda o direito à cidade, fala da valorização e desvalorização dos espaços e sua apropriação pelo capital. Para ela as classes mais abastadas habitam as melhores áreas da Cidade e usufruem de seu *status* e serviços, porém, quando essas áreas passam a receber populações marginais e o seu “prestígio” diminui, as classes dominantes as abandonam, com isso os serviços prestados pelo Estado também se escasseiam tornando essas áreas, antes “nobres”, agora desvalorizadas. Os recursos destinados a elas se esvaem e todo o esplendor conhecido fica só na memória – caso da Cidade Alta, em Vitória. Outras parcelas da população habitam áreas ainda mais degradadas, onde os serviços do Estado são escassos. Os bairros da periferia e as favelas são exemplos latentes da falta de cuidado dos governos com as populações mais carentes.

Assim, ao cidadão que não consegue adquirir seu espaço nem no centro, nem na periferia, reservados estão os semáforos, as esquinas, as marquises, os bancos públicos, como podemos observar em várias Cidades brasileiras, inclusive em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Lefebvre (2001) propõe que se faça uma nova reflexão, que se lance um novo olhar sobre a Cidade, que se redefinam as “formas, funções, estruturas da Cidade (econômicas, políticas, culturais etc.)”, também é preciso analisar as necessidades antropológicas dos cidadãos urbanos. Não se pensar a sociedade apenas na perspectiva capitalista do consumo, é preciso reconhecer suas necessidades de humanização,

[...] opostas e complementares, necessidades de segurança e de abertura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

As necessidades de aprimorar os sentidos, de exercitar a criatividade e de fruir das artes, da imaginação e dos símbolos espalhados pela Cidade são primordiais para o nosso processo de humanização. Diante dessa perspectiva, a realização de todas as necessidades da sociedade urbana se dá através do embate das classes sociais. A cidade se torna um campo de lutas.

O Estado se organiza para manter a lógica capitalista (pois seus “diretores” são os grandes proprietários), “[...] gerenciando conflitos que possam interferir na realização do ciclo do capital, seja produzindo infraestrutura, seja controlando salários de modo a mantê-los baixos, etc.” (CARLOS, 2008, p. 85).

No entanto, a sociedade urbana não está acabada – as constantes obras que atrapalham o trânsito e o atendimento nos hospitais, as ocupações das escolas, nos mostram isso – ela continua se refazendo todos os dias. A construção de uma realidade urbana mais humana, mais acolhedora depende da luta, da apropriação dos espaços, da difusão do conhecimento e da apropriação da Cidade enquanto lugar de satisfação de necessidades da sociedade urbana, que hoje é maioria no Brasil e no mundo.

Um elemento fulcral nessa luta de apropriação cultural da Cidade é a Literatura em suas variadas formas de expressão e em suas potencialidades nos processos de sensibilização e compreensão das condições objetivas em que vivemos e nas quais nos reconhecemos para além do universo ficcional. Desse modo, perceber a Literatura no campo de lutas da Cidade é também resistir às situações excludentes no contexto urbano.

A LITERATURA NO CAMPO DE LUTAS DA CIDADE.

Nova York era um espaço inesgotável, um labirinto de caminhos intermináveis, e por mais longe que ele andasse, por melhor que conhecesse seus bairros e ruas, a cidade sempre o deixava com a sensação de estar perdido. Perdido não apenas na cidade, mas também dentro de si mesmo. Toda vez que saía para dar uma volta, tinha a sensação de que estava deixando a si mesmo para trás e, ao se entregar ao movimento das ruas, ao reduzir-se a um olhar observador, ele se descobria apto a fugir da obrigação de pensar, e isso, mais do que qualquer outra coisa, lhe trazia uma certa paz, um saudável vazio interior (AUSTER, p. 7,1999).

A arte – em nosso caso, especificamente a literatura – antecipa ou “pressente” o urbano como lugar de *habitar*. No trecho utilizado como epígrafe deste tópico, vemos o protagonista satisfazendo sua necessidade de “solidão” e de “desperdício de energia” na Cidade. Apesar do estranhamento inicial, Quinn se torna parte de Nova York e o sentimento de estranhamento é transformado em pertencimento àquela metrópole caótica, mas ao mesmo tempo acolhedora dos sentimentos e contradições do personagem.

Qualquer estudo feito sobre a cidade de Nova York que a aponte como grande metrópole mundial, uma das cidades mais populosas e ricas do mundo, centro do poder político e econômico mundial, não será capaz de dizer o que Nova York é para seus habitantes. Os estudos científicos, estatístico-matemáticos, demográficos apontam para aspectos objetivos das cidades, a subjetividade só pode ser apreendida pela arte, pois estas “se concentram no ser humano”, são as artes que refletem a sociedade e não a natureza, segundo Konder (2005).

Quando a Cidade aparece na literatura, na pintura, no cinema etc., ela se revela em detalhes que a cotidianidade não nos permite conhecer. Revelam-se lugares, personagens, detalhes “secretos” que só aqueles com o olhar mais apurado conseguem observar. Enquanto não tomarmos contato com essas manifestações artísticas, esses segredos nos serão negados. Daí a necessidade de lermos, ouvirmos e conhecermos as produções

sobre a cidade, pois as artes nos revelam os humanos e, enquanto humanos também, o conhecimento sobre nós mesmo é o que nos humaniza.

Para o filósofo marxista, Leandro Konder, citado acima, apenas o convívio com o outro é capaz de socializar o homem. Pois é no convívio com outros homens que a identidade é construída, o que nos aproxima e o que nos distingue só podem ser observados a partir do encontro. Apesar de toda valorização individual, por qual o homem tem passado nas últimas décadas, é na sociedade – e por que não na Cidade – no contato, na troca de experiências que o sujeito se constitui, e essa troca pode – e deve – ser realizada no convívio com os de sua espécie e nas experiências artísticas construídas socialmente, visto que as artes são produtos do trabalho de outros seres humanos e por isso, como compartilhamos a mesma espécie, “fruto do nosso penoso trabalho”.

Elmo Elton (1925-1988), poeta capixaba, cuja obra pesquisamos, revela-nos personagens que a grande História apaga. O homem do mar, a rendeira, os tipos populares, todos esses que os livros ignoram – em nossa já escassa história – são matéria da obra poética do autor. Os sujeitos de seus poemas – e de sua prosa – por vezes têm suas histórias soterradas pela História dos “grandes homens”, dos acontecimentos, das crises econômicas, mas essas histórias pertencem a todos os homens. Drummond nos dois últimos versos do poema *Infância* fala da “grandiosidade da história do homem comum: “E eu não sabia que minha história/ era mais bonita que a de Robinson Crusoe” (ANDRADE, 2001, p.6).

Para Elton os marinheiros e habitantes da beira do mar eram a matéria-prima de sua poesia. Suas venturas e desventuras eram caras ao poeta, que fez com que o capixaba voltasse os olhos para o mar e seus trabalhadores. No poema “História Praieira”, Elton narra a tristeza do marinheiro por seu barco ter sido levado pelo mar; já em “Cantiga de uma rendeira”, narra a satisfação da rendeira por ser reconhecida pela qualidade de seus bordados em toda a região; no poema “No cais de Vitória”, o poeta, nos dois últimos versos, consegue transmitir o que a partida de cada navio leva da cidade: “Navio, em Vitória,/ carrega saudades” (ELTON, 1976, p.19).

As vozes que Elmo Elton capturou em seus poemas fazem da Cidade o lugar próprio da polifonia. Cada um dos sujeitos que falaram na obra poética de Elton percebem a cidade, e o mar, de um ponto de vista diferente e nos revelam a paisagem num olhar que a nós é impossível. O barqueiro atenta para o mar, e de lá espera o “milagre da multiplicação”; a rendeira “nascida do mar” busca nas águas os temas de seu bordado; o marinheiro vê os barcos partindo carregados de saudade. Essas visões são caras àqueles que buscam conhecer a cidade, pois esta não se revela em sua inteireza através do discurso oficial, dos sentidos, das pesquisas. É preciso ouvir as vozes dos seus habitantes para se conhecer verdadeiramente de qual cidade estamos tratando. “De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá as nossas perguntas” (CALVINO, 1998, p. 44).

Alguns autores tomaram a própria Cidade como fruto de suas reflexões. O olhar se amplia, o microscópio social⁴ se afasta do sujeito e toma a Cidade como foco de suas observações. Segundo Lefebvre (2001), Atlântida, cidade mítica descrita por Platão no

Critias, antes de sua destruição pelos deuses, incorporava o ideal de Cidade harmoniosa, justa, próspera. Seria essa Atlântida o ideal cidadão? Será a literatura – e a arte – capaz de fazer emergir da imaginação criadora os ideais que a sociedade pretende? Baudelaire, em *Flores do Mal*, fala das paisagens parisienses, que representam o caos e a ordem das transformações do homem moderno e suas contradições.

E desta terrível paisagem,
E que jamais mortal olhou,
Esta manhã ainda a imagem
Vaga e longe, me arrebatou.

O sono é de milagres pleno!
Por um capricho singular,
Tinha eu banido do terreno
O vegetal irregular,

Pintor de genial fantasia,
Sentia em meu quarto sem preço
A embriagante monotonia
Da água, do metal e do gesso.

Babel que é toda colunatas,
Era um palácio indefinido,
De piscinas e de cascatas
Sobre o ouro fosco e o ouro brunido;

Depois as cataratas densas,
Como cortinas de cristal,
Eram fascinações suspensas
Pelas muralhas de metal.

[...].

(BAUDELAIRE, 2012p. 62)

O poeta francês consegue fazer emergir a paisagem urbana, confusa, mas ao mesmo tempo reveladora do homem moderno, em meio ao caos e às contradições do cenário urbano.

Em uma experiência na cidade de São Paulo, o antropólogo italiano Massimo Canevacci revela no livro **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana que:

[a] Cidade que se comunica com vozes diversas e todas copresentes: uma cidade narrada por um coro polifônico, no qual os vários itinerários musicais ou os materiais sonoros se cruzam, se encontram e se fundem, obtendo harmonias mais elevadas ou dissonâncias, através de suas respectivas linhas melódicas. (CANEVACCI, 1993, p. 16).

No Brasil, entre outros tantos, Drummond, no seu *poema de sete faces*, expressa as contradições do cenário urbano. Esse cenário causa confusão e organização, pois como realização humana a Cidade é também produto do nosso trabalho, apesar de alienado.

[...] As casas espiam os homens
que correm atrás de mulheres.
A tarde talvez fosse azul,
não houvesse tantos desejos.

O bonde passa cheio de pernas:
pernas brancas pretas amarelas.
Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.
Porém meus olhos
não perguntam nada.

[...]
(DRUMMOND, 2001, p. 07)

Casas, homens, mulheres, desejos, bonde e pernas, todos se misturam no tecido urbano e fazem parte do emaranhado de sensações que a Cidade nos causa. Essas sensações fazem parte da humanização que a Cidade, a literatura e as artes nos legam. Lefebvre, já citado, e Candido (1995) concordam que a criatividade e a imaginação são necessidades humanas. Para Candido

[...] assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles (CANDIDO, 1995, p. 243).

Alinhados às perspectivas dos autores citados, entendemos o direito à Cidade e à literatura como inalienáveis, caso os sejam, corre-se o risco de aleijar a formação do homem. Por isso, promover o acesso à Cidade e à literatura é imperativo ao homem moderno.

LITERATURA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E APROPRIAÇÃO.

A arte, e por conseguinte a literatura, é imanentemente social. Seu contexto de produção é influente em sua forma e conteúdo, portanto, segundo Volochínov (2011, p.151), “[...] a teoria da arte não pode ser senão uma sociologia da arte”.

Se, como o linguista russo, compreendemos a arte como construção social, não deixamos de perceber a cidade também como tal. Mais que isso, entendemos que a Cidade, enquanto espaço social, político, econômico etc., influencia grandemente as produções artísticas, os textos e autores citados acima corroboram nossa posição. Assim, defendemos a valorização e, mais ainda, a publicização das obras artísticas das Cidades, mais especificamente, a literatura. Pois se ela é fundamental a humanização, como postula Candido, se ela é capaz de substituir todas as outras disciplinas, pois “assume muitos saberes”, segundo Barthes (1977), concluímos que através dela podemos entrar em contato com tudo que o capitalismo nos nega. É através dela que nos apropriamos dos saberes construídos – inclusive o saber da Cidade - e sistematizados pela humanidade e será através dela que nos tornaremos humanos capazes de constranger o sistema vigente, encarando-o de maneira aguerrida, questionando-o em seus fundamentos, em suas contradições, que também não escapam ao olhar atento do escritor.

A literatura traz à tona vozes que nunca seriam ouvidas pela História, vozes que foram e continuam sendo caladas pelo discurso amenizador, hegemônico, esse discurso em nosso tempo torna-se cada vez mais perigoso – “Não pense em crise, trabalhe” – não se incomode com a tragédia a seu lado, continue buscando o seu sustento, afinal “farinha pouca, meu [seu] pirão primeiro”. Em tempos de crise o discurso das minorias sempre será suprimido. Simone de Beauvoir, numa de suas famosas frases, disse: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.” Concordamos com Beauvoir e acrescentamos: não só os direitos da mulher, mas de todos que não fazem parte das classes dominantes.

Konder (2005) fala da tragédia grega de Sófocles sobre Antígona, que por ser mulher não tinha direito à cidadania, não era dona do corpo, não votava, mas mesmo assim tem sua voz ouvida por causa do escritor. Outros casos são recorrentes na Literatura: os relatos de Anne Frank (1947), menina judia, que viveu com sua família e outras pessoas os horrores do holocausto, escondidas por quase dois anos em um sótão. Sua voz, dependesse de seus algozes, seria calada para sempre, mas sua memória foi preservada graças aos seus escritos diários. Carolina de Jesus e seu **Quarto de despejo** (1960) é outro relato que causa abalos no *status quo*, pois expõe as contradições da cidade, sua desigualdade e o esquecimento a que as minorias estão sujeitas. Além dos já citados, lembramos ainda de Rubem Fonseca e

o “Feliz ano novo” (1975), conto que causa espanto por sua violência e pela maneira fria do narrador descrever sua noite de ano novo ao lado de Pereba e Zequinha.

Por evidenciar as vozes daqueles que muitas vezes são silenciados, a literatura acaba por ser se transformar num instrumento de resistência. Apesar do mercado editorial e seus *best-sellers* de historinhas românticas e de superação, ainda há espaço para produções críticas, que busquem a transformação da realidade.

A literatura como forma de realidade e representação nos empodera de tal maneira que nos faz perceber que a vida é muito mais que aquilo que imaginávamos. Ela tem um poder desbravador das coisas insuspeitas. Barthes afirma:

[...] a literatura, quaisquer que sejam as escolas em nome das quais ela se declara, é absolutamente, categoricamente realista: ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real. Entretanto, e nisso verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ele permite designar saberes possíveis — insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta, semelhante à pedra de Bolonha, que irradie noite o que aprovacionou durante o dia, e, por esse fulgor indireto, ilumina o novo dia que chega. A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas — que sabe muito sobre os homens (BARTHES, 1977, p. 17).

É este saber que nos interessa, pois se a literatura “sabe muito sobre os homens” sabe as suas conquistas, derrotas, venturas e desventuras, mas também sabe sobre a Cidade, que não é outra coisa senão construção humana, social. Esse saber da literatura nos interessa – ele e tantos outros -, pois nos fará questionar a alienação do espaço urbano, sua constituição e apropriação pelo capital, seu sítio privado.

Entendendo esse processo de alienação, poderemos nos enfileirar contra a dominação capitalista e respondê-la de maneira viva e eficaz. Poderemos nos questionar sobre como o tecido urbano é capaz de moldar a vida cotidiana. O quanto a expulsão da Cidade nos proporciona uma rotina estressante, causada pelos transportes públicos, pela falta de acesso aos bens culturais disponíveis nos centros, a música, o teatro, a dança, a própria arquitetura, tão diferente dos bairros periféricos. Todos esses bens que estão disponíveis nos centros urbanos nos são negados, por vezes, só pela distância. Quem depois de um dia de trabalho tem coragem de encarar mais algumas horas de carro, ou de ônibus, ou de metrô para acompanhar uma peça, um espetáculo de dança, ou um show, nem que seja de seu artista predileto?

São esses questionamentos que, a partir da tomada de consciência de nosso direito à cidade pela literatura, deveremos nos fazer, e fazer a outros, pois não nos interessa apenas a liberdade individual, é preciso transformar a realidade concreta a nossa volta. É

preciso quebrar os grilhões da alienação e promover uma nova apropriação da Cidade, da literatura, dos bens construídos pela sociedade.

Enfim, esperamos, através da literatura – e por que não, das artes – nos apropriar de tudo quanto produzimos, do discurso ao concreto, do trabalho de nossas mãos às obras de ficção, pois tudo nos pertence, pois tudo foi construído por nós, humanos.

NOTAS

3 GOBBI, Leonardo Delfim. Urbanização Brasileira. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>>. Acesso em 20 Out. 2021.

4 BURKE, Peter. **História e teoria social**; tradução Klauss Brandini Gerhardt, Ronei de Venência Majer. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. São Paulo: Record, 2001.

AUSTER, Paul. **A trilogia de Nova York**. Tradução, Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**: tradução, introdução e notas Ivan Junqueira. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução, Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004.

BURKE, Peter. **História e teoria social**; tradução Klauss Brandini Gerhardt, Ronei de Venência Majer. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. (Tradução: Diogo Mainardi). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.

ELTON, Elmo. **Poemas**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1976.

IBGE. **Censo demográfico 1940-2010**. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em 21 de novembro de 2021.

KONDER, Leandro. **As artes da Palavra**: Elementos para uma poética marxista. São Paulo: Boitempo, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Tradução, Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

GERALDO, Zé. **Terceiro Mundo**. São Paulo: CBS. 1979. LP.

VOLOCHÍNOV, Valentin N.; BAKHTIN, Mikhail M. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.